

### Sobre viver e lutar pela soberania alimentar em São Paulo



Leticia Costa de Oliveira Santos\*

**Resumo:** A reprodução social pode ser entendida como a base sobre a qual comuns e lutas urbanas se organizam. Olhando para lutas por soberania alimentar em São Paulo, observa-se, por um lado, como a reprodução social, sustenta as lutas e, por outro lado, constitui a própria agenda. Tal agenda, como políticas prefigurativas, fortalece no cotidiano a coesão e a pluralidade das mobilizações, fomenta a construção e prática de formas de vida urbana justas e coletivas, e a elaboração de políticas públicas.

A reprodução social vai além da mera reprodução das condições materiais da vida. Engloba a socialização, educação, alimentação e cultura, no processo pelo qual a vida é sustentada diária e intergeracionalmente. Para aplicar esse conceito à análise de comuns urbanos e lutas populares, a reprodução social pode ser entendida como a base sobre a qual essas práticas se organizam. Tais iniciativas surgem como alternativas à lógica de externalização dos custos ecológicos e sociais, criando espaços onde a manutenção da vida é central. Compartilham o princípio de garantir a sobrevivência pela organização comunitária e cuidado mútuo. Comuns estão ligados à perpetuação da vida: como coloca Mina Lorena Navarro (2016), comuns urbanos são os esforços cotidianos de recriação de laços que criam condições para a sustentação da vida, particularmente em vista da despossessão material e da fragmentação na sociedade urbana.

A seguir discuto como, por um lado, a reprodução social sustenta as lutas e, por outro, constitui a própria agenda de lutas olhando para a soberania alimentar em São Paulo. Por fim, observo como esta agenda de lutas fortalece a coesão e a pluralidade das mobilizações, e fomenta a elaboração e prática de formas de vida urbana mais justas e coletivas.

\*Doutoranda do PGT/UFABC.

**Palavras-chave:** comuns urbanos; reprodução social; movimentos populares; ação coletiva.

## Viver para lutar

A reprodução social sustenta as lutas populares, pois garantir a sobrevivência imediata é garantir a possibilidade de continuidade das lutas. Como coloca Silvia Federici, (2019), a manutenção do trabalho reprodutivo e da produção de subsistência é o que sustentou a luta de trabalhadores e trabalhadoras, ao garantir condições mínimas para atuar em greves e protestos políticos e exigir melhores condições de trabalho.

Em segundo lugar, o trabalho da reprodução social, por sua natureza contínua, torna-se um espaço de criatividade no cotidiano. Pode-se observar dentro de movimentos e coletivos, aspectos de desigualdades de gênero e raça, a sobrecarga e a distribuição desigual do risco. No entanto, Federici enfatiza que é nas atividades diárias que produzimos nossa existência e desenvolvemos nossa capacidade de cooperação, resistindo à desumanização e reconstruindo o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado (Federici, 2019). Repensar a reprodução social é central para a construção de alternativas ao capitalismo, pois está entremeada à forma como corpos são alimentados, como a economia funciona e como as ecologias são impactadas (Tornaghi; Dehaene, 2020).

Finalmente, o trabalho cotidiano e coletivo também é o que viabiliza a preservação das comunidades, resistindo às pressões pela atomização e para criar alternativas de vida e sobrevivência compartilhada. Isso não anula os desafios inerentes à coletividade, o que justifica o esforço contínuo de manutenção de redes de solidariedade e confiança. Se organizar em torno de tarefas coletivas e duradouras engaja e fortalece o senso de agência ao transformar a solidariedade abstrata em uma solidariedade materializada e corporificada (Federici, 2019).

Na Zona Leste de São Paulo, a Horta Comunitária Gera Juncal, iniciativa do Ceprocig (Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú – Paulo VI) e da CMP (Central de Movimentos Populares), possibilitou o acesso ao alimento durante períodos agudos da pandemia. Mas ela também manteve o engajamento e a coesão do grupo após o desmonte de políticas que ameaçavam a efetivação de seu projeto habitacional popular. Para participantes e lideranças, a horta comunitária foi um dos motivos para as pessoas não desistirem da demanda habitacional nem perderem a confiança no movimento. Há um trabalho cotidiano de manutenção dos cultivos, recuperação do solo e fortalecimento de laços sociais que ocorrem juntos.

Não é por acaso que Guilherme Boulos usa a metáfora “o movimento é uma plantação” no ato de entrega das chaves do condomínio Dandara, também na Zona Leste de São Paulo. Este foi um dos primeiros projetos habitacionais conquistados pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) a incluir uma horta comunitária.

## **Lutar para viver**

A luta pela alimentação sempre foi um mote de movimentos urbanos. Foram organizados em torno de diversas formas de associativismo e mobilizações, tais como o Movimento Contra a Carestia, protagonizado por mulheres da Zona Sul de São Paulo na década de 1970. Por um lado, a alimentação como uma necessidade constante e, por outro, a permanência das condições desiguais e injustas renovam a pauta mediante situações crônicas ou agudas de falta de acesso ao alimento.

Em São Paulo, ela recentemente vem ganhando espaço e articulando atores, desde os movimentos populares de moradia, aos movimentos ambientalistas urbanos e coletivos de ação direta, como a mobilização iniciada pelo Coletivo Banquetaço em 2017 diante da proposta do então prefeito João Dória de distribuir ração ultraprocessada para a população pobre e estudantes. Eles denunciavam a desumanização do sujeito pobre pela argumentação de escassez de alimentos e desrespeito às culturas alimentares, enquanto apresentavam alternativas de produção e distribuição de alimentos saudáveis em banquete servido em frente ao Theatro Municipal.

Observa-se que estes grupos conjugam em suas ações respostas à urgência da fome e a construção de soluções duradouras, que efetivamente debatem o acesso, a segurança, a qualidade e a liberdade de escolha sobre o alimento, que são os preceitos da soberania alimentar. Portanto, além de ações de coleta e distribuição de cestas básicas e refeições, têm se multiplicado as hortas e cozinhas comunitárias, além das redes de solidariedade, que se fortaleceram desde a emergência do Covid-19.

Estas hortas e cozinhas viabilizam acesso ao alimento enquanto reconhecem as tradições de criação de cultivos particulares ou comunitários e da socialização em torno do alimento como forma de viver e produzir a moradia. No MTST, por exemplo, tornou-se usual estabelecer hortas comunitárias nas ocupações e projetos habitacionais, não como estratégia exógena, mas potencializando práticas que os ocupantes já realizavam em canteiros produtivos contíguos a suas moradias.

Em se tratando de grupos periféricos, os processos políticos são permeados pelos esforços já empregados na reprodução da vida. Para as mulheres, por exemplo, com parte significativa de seu tempo e energia comprometidos por estas funções, atuar coletivamente e sintonizar a reprodução social com a reivindicação política é fundamental (Nobre, Faria, Moreno, 2020).

## **A luta como forma de vida e a vida como forma de luta**

As hortas (Fig. 1), cozinhas, banquetes, sementeiras e composteiras comunitárias refletem modelos de gestão de comuns, mesclando sociabilidades e estratégias de luta rurais e urbanas. Elas acionam uma série de estratégias que mulheres e pessoas racializadas carregam e aprimoram para sobreviver às violências e à despossessão (Federici, 2019) e contribuem para o repertório dos movimentos alçando o cotidiano e o “doméstico” como arenas políticas.

Além disto, o cuidado de si, do coletivo e do meio são tanto estratégias de luta quanto perspectivas de viver bem. A Cozinha Ocupação 9 de Julho, do MSTC (Movimento Sem-teto do Centro), viabiliza o acesso ao alimento diverso, seguro e culturalmente rico por preços acessíveis e distribuição gratuita, e fortalece o aspecto social e cultural da alimentação, dentro da ocupação. Estas iniciativas são as prefigurações, os meios e os fins da luta, ou práticas radicais com componentes do futuro almejado (Tornaghi, Dehaene, 2020).



**Fig. 1.** Dia de trabalho coletivo na Horta Comunitária Gera Juncal, Zona Leste de São Paulo, em terreno ocupado no aguardo da efetivação do projeto habitacional. Fonte: A autora.

É interessante observar, que o processo de urbanização é vetor da comodificação, mas a cidade reúne diferentes grupos e pautas (Tornaghi; Dehaene, 2020), que ainda influenciam a elaboração de políticas públicas e fortalecimento institucional. Isto se observa em redes de agroecologia urbana como a AAZL (Associação dos Agricultores da Zona Leste) que reivindicam junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar o urbano como *locus* de atenção, em rede com movimentos do campo e grupos de consumo, fortalecendo na cidade as agendas da soberania alimentar e proteção de sementes. Ou a pressão do coletivo Banquetaço pela volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto em 2019, e retomado em 2023. Em outra esteira, movimentos populares que pautam a habitação indicam que as políticas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, devem contemplar hortas comunitárias e agroflorestas, reivindicando outros aspectos do habitar.

Insistir que a vida é em si uma forma de luta não é domesticar ou pacificar a potência dos movimentos, mas reconhecer a radicalidade de viver contra a pressão em contrário. “Quem não luta tá morto” é frase de ordem grafada e entoada em diversas mobilizações populares. Quem não luta está morto, e a vida é o fim e o meio em função do qual a luta se organiza. Observar a reprodução da vida é, portanto, fundamental para compreender tanto as bandeiras, quanto as estratégias de luta.

## Referências

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

NAVARRO, M. L. **Hacer común contra la fragmentación en la ciudad**. Experiencias de autonomía urbana. Puebla, México: BUAP / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonzo Vélez Pliego”, 2016.

NOBRE, M.; FARIA, N.; MORENO, T. Economia feminista desdeabajo. Em: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Tica (org.). **Cultivar la vida en movimiento**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020. p. 7-16.

TORNAGHI, C.; DEHAENE, M. The prefigurative power of urban political agroecology: rethinking the urbanisms of agroecological transitions for food system transformation. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 44, n. 5, p. 594-610, 2020.

